

E agora queriam mudar, para a pessoa ser proibida de ser candidata. Agora, o bandido pode. O criminoso condenado pode, o cara financiado pelo crime organizado, pelos PCCs da vida, aí pode. Então, realmente é tudo um absurdo.

Uma briga dessa, e o governador do estado entrando nessa briga, participando do Copom. “Todo mundo vai ser vistoriar”, dizia o Sr. João Doria. Os policiais... Pera aí, o senhor fez uma festa ontem e não foi ninguém, só o senhor pulando lá.

Apesar de que o senhor está doente né, mas o senhor pulou lá direitinho, com a bandeirinha do Brasil. Está certo que o discurso é meio errado, no meu modo de ver, né. “Vamos derrubar o presidente”. Não vamos derrubar.

O senhor tem que fazer um discurso para ganhar a eleição. O senhor é o candidato a presidente da República - se conseguir se viabilizar no PSDB, né. Se conseguir, porque o Aécio Neves e outros aí não estão aceitando muito, não.

E outra: precisa ter cacife eleitoral. Para prefeito, o senhor teve uma vez; a gente até acompanhou, participei da eleição do ano em que o senhor ganhou a eleição. Abandonou com um ano, foi a governador.

Volto a repetir: Geraldo Alckmin cacifou, jogou pesado contra Andrea Matarazzo, que é um homem sério, hein. Mas não, Geraldo Alckmin: “não, esse é o meu candidato”. E foi pra rua, foi, tal, tal, tal.

E agora nem candidato a governador pelo PSDB Geraldo Alckmin está conseguindo sair. Foi governador duas vezes, hein, eleito duas vezes. Ele não está conseguindo sair.

Então, é bom colocar aí como pensa o governador João Doria. Agora, querer proibir os policiais de se manifestar, ir para o Copom, ficar no Copom o dia inteiro para acompanhar as manifestações, como se fosse uma guerra. Agora, sei lá, foi pouca gente na manifestação deles.

E volto a dizer: Amoedo, Ciro Gomes, Mandetta, vários candidatos, ele, Doria e um monte de políticos estão vendo os deputados colocarem aqui... Vários políticos, de todo o Brasil, aqui na Paulista... O que eles acharam? Que eles aqui têm mais gente do que quando foi na presidência do presidente Bolsonaro? Então não houve.

E volto a repetir: nós não estamos numa guerra, João Doria. Eleição tem que se ganhar. No ano que vem tem eleição, sim. Vamos apresentar os candidatos. Está aí; o PSOL deve ter candidato, o Lula deve ser candidato. Foi impedido da última vez, não saiu candidato. E não foi o Bolsonaro que impediu que ele saísse. Não foi o Bolsonaro, não.

Então, hoje qual é a ideia que tem Doria e os demais? “Vamos cassar o Bolsonaro, impeachment, e daí vamos nós correr sozinhos contra o Lula”. Pô, a política não é assim, não é como vocês querem, não é bem assim, não.

A terceira via não é bem assim. Financiar jogo de futebol de salão masculino, feminino; era Petrobras, era não sei o quê, Banco do Brasil, Correio, né. O Correio fazendo propaganda para quê, o Correio concorre com quem? Porque normalmente você faz propaganda para vender o seu produto contra alguém, né. O Correio faz para quê, a Petrobras faz para quê?

Então, é um negócio meio do outro mundo. Mas se gastava muito. E agora, evidentemente, esse pessoal está sem essa verba, infelizmente. Então, ficam inventando candidatura.

O Huck era o grande candidato do Fernando Henrique, voltou para o Caldeirão; só que o Caldeirão foi para domingo, não é mais de sábado. Tem outros apresentadores.

É prefeito, ele vai; nós vamos lá, tal, tal, bate palma. Agora vai ser governador; esse aí mesmo, vamos lá. Senador, o cara de novo. Aí, a mulher dele: “o senhor não pode ser candidato”.

A mulher dele já veio falar: “eu não quero que você...”. Mas dizia o velho Paulo Maluf: “ô Conte Lopes, o cara ganha um milhão por mês, vai sair de apresentador da televisão para ganhar 20 conto, para ser prefeito de São Paulo, e ficar tomando pau o dia inteiro?”.

Então, é fácil falar. Eu participei de vários programas de televisão a vida inteira. Participava. Então, qual é o objetivo? É a audiência. Vamos lá, audiência; a audiência está ótima. Amanhã, a gente volta e fala a mesma coisa - tendo audiência, está bom. Não precisa resolver nada. Só que no mundo da política tem que resolver.

Então, minha gente, eu só acho isso. Não entendo o Doria gritando - vai derrubar. Como derrubar? Quer derrubar, derruba na eleição, se você se viabilizar como candidato. É assim que é a política. Ninguém é obrigado a ganhar eleição; nem o Bolsonaro, nem o Doria, nem o Lula. Mas tem que disputar a eleição.

Tenho muitos amigos aí que estão pensando que o presidente vai pegar o Exército... O que é isso? O Bolsonaro... Eu tenho 32 anos de vida pública, o Bolsonaro tem 30. Eu entrei em 86, ele entrou em 88, como vereador. Então, ele não está no Exército, como alguns acham.

As pessoas escrevendo lá, porque hoje os caras... O que tem de cara forte, valente nesse negócio de Zap; o cara, lá do pijamão dele, vai resolver os problemas do Brasil e do mundo. Mas não é bem assim; a política é essa. Agora, João Doria, toma cuidado que não é por aí, não. Não é derrubando.

Pelo contrário, acho que no momento nós temos que apoiar aqueles que se elegem. Porque hoje o cara se elege governador, prefeito, presidente, no outro dia já querem derrubar o cara através da Justiça. Quem consegue trabalhar desse jeito? Onde vai parar o Brasil, São Paulo e o resto?

Então, ficam aí as nossas colocações, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - Esgotado o tempo do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - Pela ordem, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presidente, eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Artigo 82 do Regimento Interno, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - É regulamentar, deputado Giannazi. Enquanto o deputado Giannazi se dirige à tribuna, eu queria aqui falar ao deputado Conte Lopes: eu também fiquei muitos anos sem votar.

Só tínhamos que trabalhar e conferir as urnas durante mais de uma semana e até 15 dias. Fazíamos aquele expediente de 24 por daqui a pouco, porque nós conferíamos papelzinho por papelzinho, dando segurança às sessões de votação.

Então, o cabo, o soldado não poderia votar. E agora nós temos a prerrogativa não somente de votar, como também essa nova regulamentação, para que possam guardas civis, policiais militares; enfim, todos aqueles dos órgãos de Segurança possam realmente exercer o direito de cidadania - votar e ser votado. Muito obrigado ao nosso presidente, Jair Messias Bolsonaro. Com a palavra, o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia. De volta a esta tribuna, Sr. Presidente, após uma ampla mobilização, uma ampla pressão dos servidores públicos do estado de São Paulo, das suas entidades representativas e também das nossas intervenções, já no plenário, denunciando a farsa da reforma administrativa do Doria, que é representada pelo PLC 26, protocolado recentemente aqui na Assembleia Legislativa, o governo apresentou um aditamento, uma mensagem aditiva, agora no dia oito de setembro, que é uma alteração no PLC 26.

Uma alteração, na verdade, que não contempla as reivindicações feitas e não contempla as emendas que nós apresentamos a esse nefasto PLC 26, que na verdade tem que ser retirado aqui da Assembleia Legislativa, porque ele representa um verdadeiro atentado aos direitos e aos benefícios dos servidores estaduais. Mas o governo acha que só com essa mensagem aditiva os servidores vão encerrar a sua mobilização.

Não, porque essa mensagem aditiva traz pequenos avanços, por conta da mobilização e da pressão, mas não suficientes ainda. Nós queremos a retirada imediata do PLC 26. O governo retira a redução dos salários dos professores categoria “O”, que estava no projeto original, no PLC 26. Primeiro que isso já era inconstitucional. É um absurdo o governo atacar a isonomia salarial dos professores da rede estadual, dos professores categoria “O”, deputado Gil Diniz.

O professor categoria “O”, pelo projeto do governo, ia ter um salário inferior ao do professor categoria “F”, do professor efetivo, do professor estável, pela Constituição de 88. Ele ia realizar o mesmo trabalho, só que ia ter uma redução de 10% do salário. Isso era inconstitucional e é.

Então o governo recuou por conta da pressão. Ele prorroga os contratos dos professores da categoria “O”, admitidos pela Lei 1.093 e, também, dos servidores do quadro de apoio escolar até o final do ano que vem, porque, em tese, esses contratos seriam encerrados até o final do ano. Então ele prorroga, na verdade, através da mensagem aditiva, esses contratos.

Agora, é importante, logicamente, mas o correto é o governo chamar os aprovados nos concursos públicos existentes, sobretudo o concurso de agente de organização escolar. Nós temos mais de 26 mil cargos vagos nessa área e o governo, ao invés de fazer a chamada imediata dos aprovados, vai prorrogando as contratações precarizadas.

E muitos desses servidores que estão trabalhando no contrato precarizado já foram aprovados no concurso. Eles podem ser chamados e efetivados. Mas haverá, então, a prorrogação até o ano que vem dos professores, dos docentes e, também, dos servidores do quadro de apoio escolar.

Para os agentes de organização escolar ainda, o governo cria uma nova referência. É um absurdo. O agente de organização escolar tem um salário-base, deputado Gil Diniz, deputado Conte Lopes, de 1.056 reais.

É o salário de um agente de organização escolar. Para ele subir um pouco, ter alguma evolução, alguma progressão na carreira, para ganhar 50 reais a mais, 33 reais a mais, acho que ele vai ter que fazer até curso de pós-graduação, curso técnico, curso de graduação e curso de pós-graduação. Olha que absurdo.

É lógico que é importante que haja evolução, também do ponto de vista dos cursos realizados, mas tem que melhorar muito esse salário, no mínimo dobrar o salário-base de todos os servidores do quadro de apoio escolar.

Mesmo assim, o governo só contempla uma parte, os agentes de organização escolar, os agentes de serviço. Agora, por exemplo, os secretários de escola, esses não serão contemplados e nem os auxiliares administrativos. Esses não serão beneficiados por esse projeto, Sr. Presidente.

Tem mais, o projeto cria também - aí é um absurdo - diz o seguinte: que o professor que sofreu alguma penalidade por qualquer tipo de ato ilícito nos últimos cinco anos não poderá trabalhar no projeto de Educação Integral. É um absurdo total, Sr. Presidente, esse procedimento da Secretaria da Educação.

Então nós continuamos na luta, porque não foi alterada, por exemplo, a questão do abono de permanência, que foi reduzido drasticamente. Ele continua reduzindo. Na verdade, essa mensagem aditiva não mexeu nisso.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, só para continuar, eu gostaria de continuar falando pela vice-liderança da Minoria, só para encerrar aqui, mais cinco minutos, o meu pensamento, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - É regimental, deputado Giannazi. Prossiga.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Obrigado, Sr. Presidente. É rápido.

Então não muda a questão do fim da licença, da pecúnia para licença-prêmio, tem a questão das faltas abonadas, tem a questão das faltas injustificadas. Nada disso foi alterado pela mensagem aditiva. Então os servidores de todo o estado continuam sendo extremamente prejudicados.

Nós somos contra esse PLC 26, mesmo com as mudanças feitas nós vamos fazer oposição a esse projeto, Sr. Presidente, contra a farsa da reforma administrativa do Doria, que não é muito diferente também da farsa da reforma administrativa do governo federal, do Bolsonaro, a PEC 32.

Inclusive, amanhã, haverá uma grande manifestação aqui em São Paulo, dentro do calendário de luta contra a farsa da reforma administrativa federal. Nós estaremos amanhã, às 14 horas, no centro de São Paulo, na frente da prefeitura, com todas as entidades, fazendo essa manifestação contra a PEC 32. Também, logicamente nós vamos pautar, debater e pressionar para que seja aprovado o nosso PDL 22 contra o confisco dos aposentados e pensionistas.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria aqui rapidamente registrar o recebimento de um documento e, também, de conversas que nós estamos fazendo com os estudantes da Famema, que é a Faculdade de Medicina de Marília, que eu já venho acompanhando há um bom tempo.

É uma faculdade subfinanciada, embora a Assembleia, em 2006, tenha aprovado uma lei importante aqui no plenário, a Lei 12.188, que vincula, Sr. Presidente, a Famema a uma das três universidades do estado de São Paulo, para que ela tenha um financiamento adequado, porque ela vive precarizada.

Mesmo assim, ela oferece qualidade de ensino e de atendimento à população. Ela é responsável pelo atendimento - seu hospital, na verdade, das clínicas - com seus residentes e tudo mais, é uma faculdade que atende mais de 62 municípios da região de Marília, é uma faculdade estratégica na área da Saúde em toda aquela região, mas é subfinanciada. E os alunos estão preocupadíssimos, Sr. Presidente, porque continua o sucateamento.

E agora eles estão reivindicando que as aulas práticas sejam oferecidas, porém, não tem professores. Os professores ou foram demitidos, ou saíram, porque as condições são cada vez mais difíceis.

E, também, da falta de estrutura. Por exemplo, o laboratório de anatomia da faculdade virou um necrotério, olha só que absurdo. Tem que investir na infraestrutura da faculdade.

É preocupante a falta de professores. O quadro de docentes está muito desfalcado, Sr. Presidente. Olha só, aqui pelo documento: faltam professores na área de microbiologia, de urgência e emergência, de biologia molecular, de oncologia, de histologia, de ginecologia, faltam professores de fisiologia, de biofísica, de dermatologia, de saúde do adulto em língua inglesa.

Enfim, Sr. Presidente, faltam professores de várias áreas, em várias disciplinas, de uma faculdade, repito, importante e estratégica na formação de profissionais da Saúde, na área de medicina e de enfermagem também, um curso muito bom de enfermagem na Famema. Agora, não tem investimento.

Então o governo tem que cumprir a lei que acabei de citar aqui, Sr. Presidente, a lei que foi aprovada, repito, pelo plenário, a Lei 12.188, de 2006. Essa lei é uma lei importante e tem que ser cumprida para que haja financiamento do governo estadual.

Era isso, Sr. Presidente. Nós exigimos que a lei seja cumprida e que o governo invista, de fato, na Faculdade de Medicina de Marília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero deixar registrado nesta Casa que na sexta-feira próxima passada a minha funcionária passou mal aqui no Círculo Militar. Ela estava almoçando - ela tem 41 anos - e teve um AVC. E ela foi, graças a Deus... as colegas a levaram direto para o Iamspe, onde ela foi atendida, lá no pronto-socorro.

Mas eu quero deixar aqui registrada a vergonha que é esse hospital, que cobra um absurdo dos funcionários públicos, a vergonha que é o hospital. Ela só foi conseguir uma maca,

deputado Giannazi, ela chegou uma e meia da tarde, só conseguiu uma maca, uma cama, sei lá, às duas e meia da manhã. Para quem teve um AVC, estava com o corpo já adormecido, entendeu, isso é uma vergonha.

E eu, como membro da Comissão de Saúde, vou requerer que a presidente chame esse diretor aqui para ver. Isso é um pouco do que a gente viu naquele momento, você imagina o resto que está acontecendo naquele hospital, que já tem denúncias e mais denúncias a respeito desse Iamspe. Então quero deixar registrada aqui a minha indignação com o tratamento que as pessoas têm nessa porcaria de hospital.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - Pela ordem, deputado Giannazi. Antes, porém, gostaria que a fala da deputada Edna Macedo fosse encaminhada ao superintendente do Iamspe, as notas taquigráficas desta sua fala.

Deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – PARA COMUNICAÇÃO - Antes de pedir o levantamento da sessão, Sr. Presidente, quero me associar ao que disse a deputada Edna Macedo. É grave a situação do Iamspe, deputada. Vossa Excelência tem toda a razão.

Agora, o governo não investe no Iamspe, o governo, depois que foi aprovado, deputado Gil Diniz, o PL 529, o governo lavou as mãos, o governo não investe mais um centavo no funcionamento do Iamspe, nos convênios pelo Interior, nos convênios com os hospitais regionais, com as clínicas, com os laboratórios, muito menos o hospital do Iamspe, que está sucateado.

Os funcionários lá são bons, são dedicados, mas não tem funcionários, porque eles não chamam os aprovados do concurso, não realizam novos concursos públicos, então há uma defasagem, faltam funcionários no Iamspe. Então a causa dessa crise do Iamspe é que não há financiamento, Sr. Presidente, é grave a situação.

E dizer, só para concluir, que nós continuamos o nosso PDL 22, Sr. Presidente, que tem que ser votado imediatamente, a luta contra o confisco dos aposentados e pensionistas é uma luta importante aqui na Assembleia Legislativa. A Alesp tem uma dívida importante, ela tem que fazer uma reparação e derrubar o confisco, o PDL 22.

Aquela emenda de plenário que foi apresentada pelo governo sabotou a aprovação do PDL no momento em que ele estava em votação, no final de dezembro, Sr. Presidente. Aquela emenda já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e está agora na Comissão de Administração Pública e, depois, na Comissão de Finanças, então ela está avançando.

E a Alesp, agora com os trabalhos presenciais, não pode encerrar este semestre sem dar uma satisfação aos aposentados e pensionistas. E essa satisfação é a derrubada do confisco criminoso do governador Doria aos nossos servidores aposentados e pensionistas, que estão, Sr. Presidente, já passando fome, não conseguindo mais fazer o tratamento médico, não conseguem mais comprar o remédio, e já há notícias de tentativas de suicídio, deputada Edna Macedo, deputado Gil Diniz, deputado Nascimento, porque as pessoas não conseguem mais sobreviver, pessoas já de idade, da terceira idade. A situação é muito grave.

Então faço um apelo à Assembleia Legislativa de São Paulo para que ela não falte aos aposentados e pensionistas e corrija esse grave erro que ela cometeu - não nós, nós votamos contra a reforma da Previdência -, mas que ela faça uma reparação em relação a esse gravíssimo erro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, só corroborando com as palavras da deputada Edna Macedo e do deputado Giannazi. Assino contigo, Edna, esse requerimento para o diretor ou o superintendente vir aqui à Comissão de Saúde explicar esse descaso no Iamspe.

Lembrando que foi majorado o desconto dos nossos funcionários públicos aqui em São Paulo em 50%: pagavam 2%, agora subiu para 3%, salvo engano. E os dependentes também pagam. Então nada mais justo que a Assembleia convocar o superintendente, a diretoria do Iamspe para dar explicações a este Parlamento.

Presidente, só para finalizar, ainda repercutindo ontem as manifestações, vi no Twitter do Ciro Gomes, a terceira via, aquela via que o Partido Novo foi aplaudir ontem na Paulista, tinha uma deputada do PSOL - deputado Giannazi, com todo o respeito - a deputada Isa Penna estava lá aplaudindo. Eu sei que a galera era “volta, Lula”, mas agora é “bota o Ciro”.

E o Ciro coloca aqui, “levantamento realizado por professores da Universidade de São Paulo apontou Ciro Gomes como candidato preferido do público que foi ao ato ‘Fora, Bolsonaro’, ontem, na Paulista”. Ainda bem, não é? Já pensou se nessa manifestação eu encontrasse os “bolsomínions”, deputada Edna Macedo? Ainda bem que aclamaram ali o Ciro, para o pavor do João Doria, do Amoêdo e do Sergio Moro.

E ele segue aqui, deputado Giannazi, parece até piada: a presença de Ciro gerou mais reações positivas. Antonio Tabet, aquele do Porta dos Fundos, postou que Ciro foi o vencedor do ato. “Foi aplaudido por quem lá esteve, fugiu do rótulo de intolerante e ainda marcou território como nome da tal terceira via para eleitores fora da bolha do PDT”.

Parabéns, Partido Novo, parabéns, Sergio Victor, Ricardo Mellão, Daniel José, Heni Ozi, deputados que eu respeito, agora, que fizeram um papelão, ontem, na Avenida Paulista, aplaudindo peças como Ciro Gomes. Então está aí o troféu de bobo da corte a esses nobres parlamentares.

Obrigado, presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para um esclarecimento ao deputado Gil Diniz, dizendo que o PSOL, nosso partido, não participou das manifestações. Nós soltamos uma nota clara em relação a isso. Nós não nos associamos ao MBL, ao Partido Novo, que são partidos que sempre se colocaram contra o povo brasileiro.

O grande ato será no dia dois de outubro. Esse será um dado e nós queremos todos os segmentos que lutam em defesa, de verdade, da democracia e que defendem o impeachment do presidente Bolsonaro. Então esse vai ser no dia dois de outubro.

Esse ato da terceira via, da Faria Lima, do mercado financeiro, do Partido Novo, esse ato não foi apoiado pelo PSOL, nem pelos movimentos sociais. Quem foi, foi em nome próprio, a pessoa pode participar.

Nós respeitamos todas as pessoas que foram lá, a população que foi participar nós respeitamos, agora, com os organizadores nós temos sérias divergências, principalmente com o Partido Novo e o MBL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais nenhum orador inscrito, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - SEM PARTIDO - Sras. e Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia:

* * *

- NR - O aditamento à Ordem do Dia da 28a Sessão Ordinária foi publicada no D.O. de 14/09/2021.

* * *

Havendo acordo entre as lideranças, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira.

Está levantada a presente sessão.

Boa tarde a todos, que Deus abençoe a todos vocês.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 52 minutos.

* * *

14 DE SETEMBRO DE 2021

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: PAULO LULA FIORILO, RICARDO MELLÃO e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - PAULO LULA FIORILO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CASTELLO BRANCO

Tece críticas às saídas temporárias de presos em feriados. Afirma que o benefício aumenta a criminalidade no País. Pede revisão da lei de execução penal. Lista os projetos de lei contra a criminalidade aprovados nesta Casa e vetados pelo governador. Discorre sobre a atuação do senador Major Olímpio.

3 - CORONEL NISHIKAWA

Faz eco ao discurso do deputado Castello Branco contra as saídas temporárias. Repudia discursos de deputados contra outros parlamentares. Exibe vídeo de homenagem recebida pelo Instituto Cultural Niten por difundir a tradição samurai e a cultura japonesa no Estado. Discorre sobre a cultura oriental.

4 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, reafirma seu respeito à cultura e comunidade oriental. Explica seu discurso quando da sanção do Dia do Samurai, alegando indignação ao veto do governador a projeto que proporcionaria mais transparência à Cross. Pede desculpas pela fala.

5 - DR. JORGE LULA DO CARMO

Comenta a participação em audiência pública para o debate do Orçamento de 2022. Pede por mais investimentos na região do Alto Tietê. Repudia os cortes no orçamento em diversas pastas. Discorre sobre as obras do monotrilho. Considera o modelo caro e ineficiente.

6 - JANAINA PASCHOAL

Reflete sobre o poder das plataformas digitais e liberdade de expressão. Afirma que as mídias devem excluir apenas as postagens referentes a crimes. Discorre sobre disseminação de fake news na internet. Comenta a publicação de medida provisória que altera o marco civil da internet.

7 - CONTE LOPES

Comenta a saída temporária de presos em regime semiaberto. Lembra o tempo em que trabalhou como policial nas ruas. Cita crimes contra políticos. Reflete sobre a instalação de câmeras nos coletes dos policiais.

8 - ALEX DE MADUREIRA

Para comunicação, pede um minuto de silêncio pelo falecimento do empresário Celso Silveira Mello, sua família e tripulação em queda de avião, em Piracicaba.

9 - PRESIDENTE PAULO LULA FIORILO

Presta solidariedade às famílias das vítimas do acidente.

10 - CORONEL TELHADÁ

Lamenta o falecimento do tenente da Polícia Militar da Bahia, Matheus Greco de Carvalho Marinho Queiroz, em ação. Exibe e comenta vídeo com a queda do avião do empresário Celso Silveira Mello, em Piracicaba. Exalta o trabalho dos bombeiros e policiais em acidentes. Mostra vídeo de acidente com carro “off road”. Reflete sobre a importância do uso do cinto de segurança. Crítica a saída temporária de presos. Cumprimenta o município de Presidente Prudente pelo aniversário.

11 - MAJOR MECCA

Lamenta o suicídio de um policial em quartel de Tarumã. Pede avaliação psicológica de agentes durante estágio de aperfeiçoamento. Discorre sobre as dificuldades da família de policial que ficou tetraplégico, após ser baleado em tentativa de assalto. Lembra promessas de campanha do governador, que não foram cumpridas. Tece críticas à atuação do governador.

12 - RICARDO MELLÃO

Assume a Presidência.

13 - PAULO LULA FIORILO

Presta homenagem a Dom Frei Paulo Evaristo Arns, que celebraria 100 anos em 14 de setembro. Discorre sobre sua atuação no período da ditadura militar. Reflete sobre a vida e os feitos de Dom Paulo. Considera a figura um exemplo de resistência. Tece críticas ao governo federal.

14 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO

Faz o aditamento à Ordem do Dia da sessão extraordinária já convocada para hoje. Convoca segunda reunião extraordinária, a realizar-se em 14/9, dez minutos após o fim da primeira.

15 - PROFESSORA BEBEL LULA

Comenta os efeitos da PEC 32/20 para o funcionalismo público. Reflete sobre a importância de servidores concursados. Afirma ser contra as provas individuais para demissões. Considera que o resultado do serviço depende das condições de trabalho oferecidas. Lembra greve, em 2013, pedindo mais concursos.

16 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, pede que a Mesa encaminhe seu discurso à CNBB e à Mitra.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - LETICIA AGUIAR

Cumprimenta guardas municipais presentes na Casa. Destaca a importância e especialidades das guardas municipais. Comenta ocorrência no dia 13/09, em São José dos Campos. Comemora inclusão dos guardas municipais em programa habitacional.

18 - DOUGLAS GARCIA

Mostra-se contrário à obrigatoriedade da vacinação. Afirma que a imunização compulsória retira o livre arbítrio da população. Destaca que essa obrigatoriedade pode ser a porta de entrada para um regime totalitário.

19 - PROFESSORA BEBEL LULA

Pelo art. 82, menciona audiência pública a respeito do PLC 26, ocorrida no dia 13/09. Afirma que a contratação de funcionários públicos temporários é precária. Condena reajustes tributários em relação aos salários de servidores aposentados e pensionistas. Mostra-se favorável à vacinação contra a Covid-19. Menciona projetos de lei que pretendem vetar os reajustes dos salários de aposentados e pensionistas.

20 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Pelo art. 82, menciona mortes em Portugal por conta da peste bubônica. Relata a importância do isolamento no surto citado. Destaca a importância dos protocolos de segurança contra a Covid-19. Mostra-se a favor da obrigatoriedade da vacina. Cita os 100 anos do nascimento de Dom Paulo Evaristo Arns.

21 - DOUGLAS GARCIA

Pelo art. 82, mostra-se contrário ao posicionamento do deputado José Américo em relação à obrigatoriedade da vacinação.

22 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, comenta ação ajuizada contra ele por falta do uso de máscara em plenário, que teria sido arquivada.

23 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, questiona a Presidência sobre a possível revogação do uso de máscara em plenários. Destaca a importância do uso da máscara durante os trabalhos nesta Casa.

24 - PROFESSORA BEBEL LULA